Coleção
ANTROPOLOGIA SOCIAL
diretor: Gilberto Velho

- O Riso e o Risível
  Verena Alberti
- Outsiders
  Howard S. Becker
- Antropologia Cultural
  Franz Boas
- O Espírito Militar
- Evolucionismo Cultural
- Os Militares e a República
  Celso Castro
- Da Vida Nervosa
  Luiz Fernando Duarte
- Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande
  E.E. Evans-Pritchard
- Garotas de Programa
  Maria Dulce Gaspar
- Nova Luz sobre a Antropologia
- Observando o Islã
  Clifford Geertz
- O Cotidiano da Política
  Karina Kuschnir
- Cultura: um Conceito Antropológico
  Roque de Barros Laraia
- Autoridade & Afeto
  Myriam Lins de Barros
- Guerra de Orixá
  Yvonne Maggie
- De Olho na Rua
  Julia O'Donnell
- A Teoria Vivida
  Mariza Peirano
- Cultura e Razão Prática
- História e Cultura
- Ilhas de História
- Metáforas Históricas e Relidades Míticas
  Marshall Sahlins
- Os Mandarins Milagrosos
  Elizabeth Travassos
- Antropologia Urbana
- Desvio e Divergência
- Individualismo e Cultura
- Projeto e Metamorfose
- Rio de Janeiro: Cultura, Política e Conflito
- Subjetividade e Sociedade
- A Utopia Urbana
  Gilberto Velho
- Pesquisas Urbanas
  Gilberto Velho e Karina Kuschnir
- O Mistério do Samba
- O Mundo Funk Carioca
  Hermano Vianna
- Bezerra da Silva: Produto do Morro
  Letícia Vianna
- O Mundo da Astrologia
  Luís Rodolfo Vilhena
- Sociedade de Esquina
  William Foote Whyte

Franz Boas

Antropologia Cultural

Textos selecionados,
apresentação e tradução:
Celso Castro

5ª edição

ZAHAR
Rio de Janeiro

As limitações do método comparativo da antropologia[1]

1896

A antropologia moderna descobriu o fato de que a sociedade humana cresceu e se desenvolveu de tal maneira por toda parte, que suas formas, opiniões e ações têm muitos traços fundamentais em comum. Essa importante descoberta implica a existência de leis que governam o desenvolvimento da sociedade e que são aplicáveis tanto à nossa quanto às sociedades de tempos passados e de terras distantes; que seu conhecimento será um meio de compreender as causas que favorecem e retardam a civilização; e que, guiados por esse conhecimento, podemos ter a esperança de orientar nossas ações de tal modo, que delas advenha o maior benefício para a humanidade. Desde que essa descoberta foi claramente formulada, a antropologia começou a receber o generoso quinhão de interesse público que lhe havia sido negado enquanto se acreditou que ela não poderia fazer mais do que registrar curiosos costumes e crenças de povos estranhos; ou, na melhor das hipóteses, retraçar suas relações e, dessa forma, elucidar as antigas migrações das raças e as afinidades entre os povos.

Embora os primeiros investigadores tenham concentrado sua atenção nesse problema puramente histórico, a tendência agora mudou completamente; assim, há até mesmo antropólogos que declaram que tais investigações pertencem ao historiador e

1 Trabalho lido no encontro da American Association for the Advancement of Science em Buffalo, 1896. [N.T.]

que os estudos antropológicos devem limitar-se às pesquisas sobre as leis que governam o desenvolvimento da sociedade.

Uma alteração radical de método tem acompanhado essa mudança de pontos de vista. Enquanto, anteriormente, identidades ou similaridades culturais eram consideradas provas incontroversas de conexão histórica ou mesmo de origem comum, a nova escola se recusa a considerá-las como tal, interpretando-as como resultado do funcionamento uniforme da mente humana. O mais pronunciado adepto dessa visão em nosso país é o dr. D.G. Brinton, e, na Alemanha, a maioria dos seguidores de Bastian, que a esse respeito vão muito além do próprio mestre. Outros, embora não neguem a ocorrência de conexões históricas, consideram seus resultados e sua importância teórica insignificantes, quando comparados ao trabalho das leis uniformes que governam a mente humana. Tal é a visão da grande maioria dos antropólogos vivos.

Esse moderno ponto de vista está fundamentado na observação de que os mesmos fenômenos étnicos ocorrem entre os mais diversos povos, ou, como diz Bastian, na espantosa monotonia das idéias fundamentais da humanidade em todo o planeta. As noções metafísicas do homem podem ser reduzidas a poucos tipos que têm distribuição universal; o mesmo ocorre com relação às formas de sociedade, leis e invenções. Além disso, as idéias mais complicadas e aparentemente ilógicas e os costumes mais curiosos e complexos aparecem entre algumas poucas tribos aqui e ali, de tal maneira que fica excluída a suposição de uma origem histórica comum. Quando se estuda a cultura de uma tribo qualquer, podem ser encontrados traços análogos mais ou menos próximos de traços singulares de tal cultura numa grande diversidade de povos. Exemplos dessas analogias têm sido amplamente colecionados por Tylor, Spencer, Bastian, Andree, Post e muitos outros, sendo portanto desnecessário dar aqui qualquer prova detalhada desse fato. A idéia de uma vida futura; um mesmo xamanismo subjacente; invenções tais como o fogo e o arco; certas

características elementares de estrutura gramatical — são elementos que sugerem o tipo de fenômenos aos quais me refiro. Dessas observações deduz-se que, quando encontramos traços de cultura singulares análogos entre povos distantes, pressupõe-se, não que tenha havido uma fonte histórica comum, mas que eles se originaram independentemente.

A descoberta dessas idéias universais, contudo, é apenas o começo do trabalho do antropólogo. A indagação científica precisa responder a duas questões em relação a elas: primeiro, quais são suas origens? Segundo, como elas se afirmaram em várias culturas?

A segunda questão é a mais fácil de responder. As idéias não existem de forma idêntica por toda parte: elas variam. Tem-se acumulado material suficiente para mostrar que as causas dessas variações são tanto externas, isto é, baseadas no ambiente — tomando o termo ambiente em seu sentido mais amplo —, quanto internas, isto é, fundadas sobre condições psicológicas. A influência dos fatores externos e internos sobre idéias elementares corporifica um grupo de leis que governa o desenvolvimento da cultura. Portanto, nossos esforços precisam ser direcionados no sentido de mostrar como tais fenômenos modificam essas idéias elementares.

O primeiro método que se oferece, e que tem sido geralmente adotado pelos antropólogos modernos, é isolar e classificar causas, agrupando as variantes de certos fenômenos etnológicos de acordo com as condições externas sob as quais vivem os povos entre os quais elas são encontradas, ou de acordo com causas internas que influenciam as mentes desses povos; ou, inversamente, agrupando essas variantes de acordo com suas similaridades. Podem-se encontrar, assim, condições correlatas de vida.

Por esse método começamos a reconhecer, mesmo que ainda com conhecimento imperfeito dos fatos, que causas podem ter operado na formação da cultura humana. Friedrich Ratzel e W.J. McGee investigaram a influência do ambiente geográfico sobre

uma base mais ampla de fatos do que Ritter e Guyot foram capazes de fazer em seu tempo. Os sociólogos têm feito importantes estudos sobre os efeitos da densidade populacional e de outras causas sociais simples. Desse modo, a influência de fatores externos sobre o desenvolvimento da sociedade está se tornando mais clara.

Da mesma maneira, também estão sendo estudados os efeitos dos fatores psíquicos. Stoll tentou isolar o fenômeno da sugestão e do hipnotismo e estudar os efeitos de sua presença nas culturas de vários povos. Investigações sobre as relações mútuas de tribos e povos começam a mostrar que certos elementos culturais são facilmente assimilados, enquanto se rejeitam outros, e frases desgastadas a respeito da imposição cultural de um povo mais altamente civilizado sobre outro, de cultura inferior, que tenha sido conquistado, estão dando lugar a visões mais minuciosas sobre o tema do intercâmbio de realizações culturais. Em todas essas investigações estamos usando métodos sólidos e indutivos, a fim de isolar as causas dos fenômenos observados.

A outra questão a respeito das idéias universais, isto é, sobre sua origem, é muito mais difícil de tratar. Muitas tentativas têm sido feitas no sentido de descobrir as causas que levaram à formação de idéias "que se desenvolvem com necessidade férrea onde quer que o homem viva". Esse é o problema mais difícil da antropologia, e ainda por um longo tempo devemos esperar que ele frustre as nossas tentativas. Bastian nega que seja possível descobrir as fontes últimas de invenções, idéias, costumes e crenças que são de ocorrência universal. Elas podem ser autóctones ou importadas, podem ter-se originado de várias causas, mas estão lá. A mente humana é formada de tal modo que as inventa espontaneamente ou aceita-as em qualquer ocasião em que lhe são oferecidas. Essa é a idéia elementar e muito mal compreendida de Bastian.

Em certa medida, a clara enunciação da idéia elementar nos dá a razão psicológica para sua existência. Exemplificando: o fato

de que a terra das sombras seja tão freqüentemente localizada no oeste sugere o esforço de situá-la no lugar em que o sol e as estrelas desaparecem. A mera declaração de que o homem primitivo considera os animais dotados de todas as qualidades humanas mostra que a analogia entre muitas qualidades dos animais e dos seres humanos leva à generalização de que todas as qualidades dos animais são humanas. Em outros exemplos as causas não são tão evidentes. Assim, é difícil responder por que todas as linguagens distinguem entre o eu, a pessoa com quem se fala e a pessoa de quem se fala, enquanto a maioria delas não estende essa distinção à forma plural. O princípio, quando utilizado consistentemente, exige que haja no plural uma distinção entre o "nós" que expressa o falante e a pessoa com quem se fala, e o "nós" que expressa o falante e a pessoa de quem se fala — distinção encontrada apenas em relativamente poucas línguas. O menor risco de ocorrerem mal-entendidos no uso do plural em parte justifica esse fenômeno, embora dificilmente de modo adequado. Em outros casos, a base psicológica é ainda mais obscura — por exemplo, nos costumes matrimoniais amplamente difundidos. Prova da dificuldade da questão é a multiplicidade de hipóteses que têm sido inventadas para explicá-lo em todos os seus variados aspectos.

Quando se trata desse problema — o mais difícil da antropologia —, assume-se o ponto de vista de que, se um fenômeno etnológico desenvolveu-se independentemente em vários lugares, esse desenvolvimento é o mesmo em toda parte; ou, dito de outra forma, que os mesmos fenômenos etnológicos devem-se sempre às mesmas causas. Isso leva à generalização ainda mais ampla de que a semelhança de fenômenos etnológicos encontrados em diversas regiões é prova de que a mente humana obedece às mesmas leis em todos os lugares. É óbvio que essa generalização não se sustentaria, caso desenvolvimentos históricos diferentes pudessem conduzir aos mesmos resultados. Sua existência apresentaria para nós um problema inteiramente diverso: como

desenvolvimentos culturais tão freqüentemente levam aos mesmos resultados? É preciso compreender com clareza, portanto, que, quando compara fenômenos culturais similares de várias partes do mundo, a fim de descobrir a história uniforme de seu desenvolvimento, a pesquisa antropológica supõe que o mesmo fenômeno etnológico tenha-se desenvolvido em todos os lugares da mesma maneira. Aqui reside a falha no argumento do novo método, pois essa prova não pode ser dada. Até o exame mais superficial mostra que os mesmos fenômenos podem se desenvolver por uma multiplicidade de caminhos.

Darei alguns exemplos. Tribos primitivas são quase universalmente divididas em clãs que possuem totens. Não pode haver dúvida de que essa forma de organização social surgiu repetidas vezes de modo independente. Certamente justifica-se a conclusão de que as condições psíquicas do homem favorecem a existência de uma organização totêmica da sociedade, mas daí não decorre que toda sociedade totêmica tenha se desenvolvido em todos os lugares da mesma maneira. O dr. Washington Matthews acredita que os totens dos Navajo tenham se originado pela associação de clãs independentes. O capitão Bourke presume que ocorrências similares deram origem aos clãs dos Apache; e o dr. Fewkes chegou à mesma conclusão com relação a algumas tribos Pueblo. Por outro lado, temos prova de que os clãs podem se originar por divisão. Eu mostrei que tais eventos ocorreram entre os índios da costa norte do Pacífico. Associação de pequenas tribos, por um lado, e desintegração de tribos que aumentaram de tamanho, por outro, têm levado a resultados que em tudo parecem idênticos.

Para dar outro exemplo: investigações recentes sobre arte primitiva têm mostrado que os desenhos geométricos originaram-se algumas vezes de formas naturalistas que foram gradualmente convencionalizadas, outras vezes, a partir de motivos técnicos, e ainda em outros casos, eram geométricos desde a origem, ou que derivaram de símbolos. As mesmas formas se desenvolveram a partir de todas essas fontes. Com base em desenhos representando diversos objetos surgiram, no curso do tempo, gregas, meandros, cruzes etc. Portanto, a ocorrência freqüente dessas formas não prova nem uma origem comum, nem que elas tenham sempre se desenvolvido de acordo com as mesmas leis psíquicas. Pelo contrário, o mesmo resultado pode ter sido alcançado por quatro linhas diferentes de desenvolvimento e de um número infinito de pontos de partida.

Mais um exemplo pode ser oportuno. O uso de máscaras é encontrado num grande número de povos. A origem do costume não é absolutamente clara em todos os casos, mas podem-se distinguir com facilidade algumas formas típicas de uso. As máscaras são usadas para enganar os espíritos quanto à identidade daquele que as usa. O espírito da doença que pretende atacar a pessoa não a reconhece quando ela está de máscara, e esta serve, assim, como proteção. Em outros casos a máscara representa um espírito personificado pelo mascarado, que, dessa forma, afugenta outros espíritos hostis. Outras máscaras, ainda, são comemorativas. O mascarado encarna uma pessoa morta cuja memória deve ser relembrada. Máscaras também são empregadas em representações teatrais para ilustrar incidentes mitológicos.[2]

Esses poucos dados bastam para mostrar que o mesmo fenômeno étnico pode se desenvolver a partir de diferentes fontes. Quanto mais simples o fato observado, mais provável é que ele possa ter-se desenvolvido de uma fonte aqui e de outra ali.

Desse modo, reconhecemos que a suposição fundamental tão freqüentemente formulada pelos antropólogos modernos não pode ser aceita como verdade em todos os casos. Não se pode dizer que a ocorrência do mesmo fenômeno sempre se deve às mesmas causas, nem que ela prove que a mente humana obedece às mesmas leis em todos os lugares. Temos que exigir que as cau-

2 Ver Richard Andree. *Ethnographische Parallelen und Vergleiche*. Neue Folge (Leipzig, 1889), p.107ss.

sas a partir das quais o fenômeno se desenvolveu sejam investigadas, e que as comparações se restrinjam àqueles fenômenos que se provem ser efeitos das mesmas causas. Devemos insistir para que essa investigação seja preliminar a todos os estudos comparativos mais amplos. Nas pesquisas sobre sociedades tribais, aquelas que se desenvolveram por associação precisam ser tratadas separadamente das que se desenvolveram por desintegração. Desenhos geométricos originados de representações convencionalizadas de objetos naturais precisam ser tratados à parte com relação àqueles que se originaram de motivos técnicos. Em suma, antes de se tecerem comparações mais amplas, é preciso comprovar a comparabilidade do material.

Os estudos comparativos a que me refiro tentam explicar costumes e idéias de notável similaridade encontradas aqui e ali. Mas eles também têm o plano mais ambicioso de descobrir as leis e a história da evolução da sociedade humana. O fato de que muitos aspectos fundamentais da cultura sejam universais — ou que pelo menos ocorram em muitos lugares isolados — quando interpretados segundo a suposição de que os mesmos aspectos devem ter se desenvolvido sempre a partir das mesmas causas, leva à conclusão de que existe um grande sistema pelo qual a humanidade se desenvolveu em todos os lugares, e que todas as variações observadas não passam de detalhes menores dessa grande evolução uniforme. É claro que essa teoria tem como base lógica a suposição de que os mesmos fenômenos devem-se sempre às mesmas causas. Para dar um exemplo: há muitos tipos de estruturas familiares. Pode-se provar que famílias patrilineares têm freqüentemente se desenvolvido a partir de famílias matrilineares. Por conseguinte, afirma-se que todas as famílias patrilineares desenvolveram-se de famílias matrilineares. Se não supusermos que os mesmos fenômenos se desenvolveram em todos os lugares sempre a partir das mesmas causas, poderemos igualmente concluir que as famílias patrilineares, em alguns casos, derivaram de instituições matrilineares; e, em outros casos, de ou-

tros caminhos. Para dar mais um exemplo: muitas concepções sobre a vida futura evidentemente se desenvolveram de sonhos e alucinações. Por conseguinte, afirma-se que todas as noções desse tipo tiveram a mesma origem. Isso só seria verdade se nenhuma outra causa pudesse ter levado às mesmas idéias.

Vimos que os fatos não favoreceram absolutamente a suposição da qual aqui falamos; muito pelo contrário, eles apontam na direção oposta. Dessa maneira, devemos também considerar que todas as engenhosas tentativas de construção de um grande sistema da evolução da sociedade têm valor muito duvidoso, a menos que se prove também que os mesmos fenômenos tiveram sempre a mesma origem. Até que isso seja feito, o pressuposto mais aceitável é que o desenvolvimento histórico pode ter seguido cursos variados.

É bom reafirmar, nesse momento, um dos objetivos principais da pesquisa antropológica. Concordamos que existam certas leis governando o desenvolvimento da cultura humana e nos empenhamos para descobri-las. O objetivo de nossa investigação é descobrir os *processos* pelos quais certos estágios culturais se desenvolveram. Os costumes e as crenças, em si mesmos, não constituem a finalidade última da pesquisa. Queremos saber as razões pelas quais tais costumes e crenças existem — em outras palavras, desejamos descobrir a história de seu desenvolvimento. O método atualmente mais aplicado em investigações dessa natureza compara as variações sob as quais os costumes e as crenças ocorrem e se esforça por encontrar a causa psicológica comum subjacente a todos eles. Afirmei que esse método está sujeito a uma objeção fundamental.

Temos outro método que em muitos aspectos é bem mais seguro. O estudo detalhado de costumes em sua relação com a cultura total da tribo que os pratica, em conexão com uma investigação de sua distribuição geográfica entre tribos vizinhas, propicia-nos quase sempre um meio de determinar com considerável precisão as causas históricas que levaram à formação dos cos-

tumes em questão e os processos psicológicos que atuaram em seu desenvolvimento. Os resultados das investigações conduzidas por esse método podem ser tríplices. Eles podem revelar as condições ambientais que criaram ou modificaram os elementos culturais; esclarecer fatores psicológicos que atuaram na configuração da cultura; ou nos mostrar os efeitos que as conexões históricas tiveram sobre o desenvolvimento da cultura.

Nesse método, temos um meio de reconstruir a história do desenvolvimento das idéias com uma precisão muito maior do que aquela permitida pelas generalizações do método comparativo. Este precisa sempre proceder a partir de um modo hipotético de desenvolvimento, cuja probabilidade pode ser avaliada, com maior ou menor precisão, por meio de dados observados. Mas até agora ainda não vi qualquer tentativa mais ampla de provar a correção de uma teoria testando-a por desenvolvimentos com cujas histórias estamos familiarizados. Amarrar fenômenos na camisa-de-força de uma teoria é o oposto do processo indutivo, pelo qual se podem derivar as relações reais de fenômenos definidos.

Este último é o muito ridicularizado método histórico. Decerto sua maneira de proceder não é mais a dos primeiros tempos, quando similaridades superficiais entre culturas eram consideradas provas de relacionamento entre elas, embora o método reconheça devidamente os resultados obtidos pelos estudos comparativos. Sua aplicação se baseia, em primeiro lugar, num território geográfico pequeno e bem definido, e suas comparações não são estendidas além dos limites da área cultural que forma a base de estudo. Apenas quando se obtiverem resultados definidos com relação a essa área, será lícito estender o horizonte além desses limites. No entanto, é preciso tomar o máximo de cuidado para não proceder muito apressadamente, pois do contrário a proposição fundamental que formulei anteriormente poderia ser ignorada — isto é, que, quando encontramos analogia de traços singulares de cultura entre povos distantes, não devemos supor que tenha havido uma causa histórica comum, mas que eles te-

nham se originado independentemente. Desse modo, a investigação precisa procurar sempre a continuidade de distribuição como uma das condições essenciais para provar a conexão histórica, e a suposição de elos perdidos deve ser aplicada o mais parcimoniosamente possível.

Essa nítida distinção entre o novo e o antigo método histórico tem sido freqüentemente ignorada pelos defensores apaixonados do método comparativo. Eles não consideram as diferenças entre o uso indiscriminado de similaridades culturais para provar uma conexão histórica e o estudo lento, cuidadoso e detalhado de fenômenos locais. Já não acreditamos mais que semelhanças superficiais entre culturas da América Central e da Ásia Oriental são prova satisfatória e suficiente de uma conexão histórica. Por outro lado, nenhum observador imparcial negará que há fortes razões para se acreditar que um número limitado de elementos culturais encontrados no Alasca e na Sibéria têm uma origem comum. As similaridades de invenções, costumes e crenças, somadas à continuidade de sua distribuição numa área limitada, são provas satisfatórias de que essa opinião está correta. Mas não é possível estender essa área com segurança além dos limites do rio Colúmbia, na América do Norte, e do norte do Japão, na Ásia. Esse método de pesquisa antropológica é representado em nosso país por F.W. Putnam e Otis T. Mason; na Inglaterra, por E.B. Tylor; na Alemanha, por Friedrich Ratzel e seus seguidores.

Parece necessário dizer aqui algo em relação a uma objeção a meus argumentos, que será levantada por pesquisadores que defendem a similaridade de ambiente geográfico como causa suficiente para a similaridade cultural — o que valeria dizer, por exemplo, que as condições geográficas das planícies da bacia do Mississipi tornam inevitável o desenvolvimento de uma determinada cultura. Horatio Hale chega mesmo a ponto de acreditar que as similaridades de formas de linguagem podem ser atribuídas a causas ambientais. O meio ambiente exerce um efeito limitado sobre a cultura humana, mas não vejo fatos que possam

sustentar a visão de que ele é o modelador primário da cultura. Uma rápida revisão de povos e tribos do nosso planeta mostra que os povos mais diversos em termos de cultura e linguagem vivem sob as mesmas condições geográficas, como se pode comprovar na etnografia da África Oriental ou da Nova Guiné. Em ambas as regiões encontra-se uma grande diversidade de costumes em áreas pequenas.

Muito mais importante é que não há qualquer dado observado em apoio a essa hipótese que não seja muito melhor explicado pelos fatos bem conhecidos da difusão cultural, pois tanto a arqueologia quanto a etnografia nos ensinam que o intercâmbio entre tribos vizinhas sempre existiu e estendeu-se sobre áreas imensas. No Velho Mundo, produtos do Báltico chegaram ao Mediterrâneo, e artesanato do Mediterrâneo Oriental atingiu a Suécia. Na América do Norte, conchas marinhas foram encontradas nas partes mais interiores do continente, e obsidianas do oeste foram levadas para Ohio. Casamentos intertribais, guerra, escravidão e comércio têm sido algumas das muitas fontes de constante introdução de elementos culturais estrangeiros, de maneira que uma assimilação cultural deve ter ocorrido sobre áreas contínuas. Desse modo, parece-me que, onde não se pode comprovar uma influência imediata do meio ambiente sobre tribos vizinhas, a suposição deve ser sempre em favor da conexão histórica entre elas. Houve um tempo de isolamento durante o qual os principais traços de diversas culturas se desenvolveram em conformidade com a cultura anterior e o meio ambiente das tribos. Mas os estágios culturais que representam esse período foram encobertos por tantas coisas novas que se devem ao contato com tribos estrangeiras, que eles não podem ser descobertos sem o mais minucioso isolamento de tais elementos alienígenas.

Os resultados imediatos do método histórico são, assim, histórias das culturas de diversas tribos tomadas como objeto de estudo. Concordo plenamente com os antropólogos que reivindicam não ser este o propósito último de nossa ciência, porque as

leis gerais, embora implícitas em tal descrição, não podem ser claramente formuladas, nem seu valor relativo apreciado, sem uma comparação completa dos modos pelos quais elas se tornam manifestas em diferentes culturas. Mas insisto em que a aplicação desse método é a condição indispensável de um progresso sólido. O problema psicológico está contido nos resultados da investigação histórica. Quando esclarecemos a história de uma única cultura e compreendemos os efeitos do meio e das condições psicológicas que nela se refletem, damos um passo adiante, pois podemos então investigar o quanto essas ou outras causas contribuíram para o desenvolvimento de outras culturas. Assim, quando comparamos histórias de desenvolvimento, podemos descobrir leis gerais. Esse método é muito mais seguro do que o comparativo, tal como ele é usualmente praticado, porque, em lugar de uma hipótese sobre o modo de desenvolvimento, a história real forma a base de nossas deduções.

A investigação histórica deve ser o teste crítico demandado pela ciência antes que ela admita os fatos como evidências. A comparabilidade do material coletado precisa ser testada por esse meio, e cumpre exigir a uniformidade dos processos como prova de comparabilidade. Além disso, quando se pode comprovar que há uma conexão histórica entre dois fenômenos, estes não devem ser aceitos como evidências independentes.

Em alguns poucos casos, os resultados imediatos desse método são de escopo tão amplo que equivalem aos melhores resultados obtidos pelos estudos comparativos. Alguns fenômenos têm uma distribuição tão extensa, que a descoberta de sua ocorrência em grandes áreas contínuas prova de imediato que certos aspectos da cultura dessas áreas espalharam-se a partir de uma mesma fonte. Assim foram esclarecidos vastos períodos da pré-história da humanidade. Quando Edward S. Morse demonstrou que certas maneiras de atirar flechas são peculiares a continentes inteiros, tornou-se imediatamente claro que a prática comum encontrada numa vasta área certamente deve ter tido uma origem

comum. Quando os polinésios empregam um método de fazer fogo que consiste em esfregar um graveto num sulco, enquanto quase todos os outros povos usam a broca de fogo, isso mostra que suas técnicas de produção do fogo têm uma única origem. Quando sabemos que o ordálio é encontrado em certas formas peculiares por toda a África, enquanto nas partes do mundo habitado distantes da África não é encontrado em absoluto, ou apenas em formas rudimentares, isso mostra que a idéia, tal como é praticada na África, teve uma origem única.

A grande e importante função do método histórico da antropologia parece-nos residir, portanto, em sua habilidade para descobrir os processos que, em casos definidos, levam ao desenvolvimento de certos costumes. Se a antropologia deseja estabelecer as leis que governam o desenvolvimento da cultura, ela não pode se limitar a comparar apenas os resultados desse desenvolvimento; sempre que possível, deve comparar os processos de desenvolvimento, que podem ser descobertos por intermédio de estudos das culturas de pequenas áreas geográficas.

Vimos assim que o método comparativo somente pode ter a esperança de atingir os efeitos pelos quais tem se empenhado quando basear suas investigações nos resultados históricos de pesquisas dedicadas a esclarecer as complexas relações de cada cultura individual. O método comparativo e o método histórico, se posso usar esses termos, têm lutado pela supremacia há muito tempo, mas podemos esperar que cada um deles logo encontre sua função e seu lugar apropriados. O método histórico atingiu uma base mais sólida ao abandonar o princípio enganoso de supor conexões onde quer que se encontrem similaridades culturais. O método comparativo, não obstante tudo o que se vem escrevendo e dizendo em seu louvor, tem sido notavelmente estéril com relação a resultados definitivos. Acredito que ele não produzirá frutos enquanto não renunciarmos ao vão propósito de construir uma história sistemática uniforme da evolução da cultura, e enquanto não começarmos a fazer nossas comparações sobre bases mais amplas e sólidas, que me aventurei a esboçar. Até agora temos nos divertido demais com devaneios mais ou menos engenhosos. O trabalho sólido ainda está todo à nossa frente.